



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO 108/2018 (PMRC)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2018 (PMRC)

A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE DANÇAS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA ATUAÇÃO COM O GRUPO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS INSERIDOS NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO/PR

O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 75.449.579/0001-73, com sede à Rua Coronel Emílio Gomes, nº 731, Centro, Ribeirão Claro, Estado do Paraná, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **MÁRIO AUGUSTO PEREIRA**, portador da Carteira de Identidade RG nº 689.583-2/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 169.796.569-53 e pelo Secretário Municipal de Assistência Social, o Sr. **CARLOS HENRIQUE MOLINI**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 1.610.123-4/SSP-SP e inscrito no CPF/MF nº 362.724.699-3, ambos brasileiros, residentes nesta cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **OLIVEIRA & ROSSETTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 97.551.957/0001-68, com sede na Rua Cel. Emílio Gomes, nº 952 – Bloco A, Centro, CEP: 86.410-000, na cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, neste ato, representada por seu sócio-administrador, o Sr. **EDEN BRUNO OLIVEIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 8.719.871-5 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 049.337.169-94, residente e domiciliado nesta cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, pela Lei Municipal nº 255, de 19 de Abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 356, de 23 de Agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, assim como pelas condições do Edital de Licitação tipo Pregão Presencial nº 92/2018 (PMRC), homologado em 31 de agosto de 2018, pelos termos da proposta da **CONTRATADA** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, deveres, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto **a possível contratação de empresa especializada para prestação de serviços de aulas de danças, para atuação com o grupo de crianças, adolescentes e idosos inseridos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do município de Ribeirão Claro/PR**, assim descrito:

Item	Produto	Apr	Qtd	Vlr uni (R\$)	Vlr total (R\$)
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE DANÇAS, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE 01 PROFISSIONAL COM EXPERIÊNCIA PARA ATUAÇÃO COM OS GRUPOS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS INSERIDOS NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO/PR.	SVÇ	1	24.990,00	24.990,00
VALOR TOTAL					24.990,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO 108/2018 (PMRC)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2018 (PMRC)

Cláusula Segunda - DO VALOR

Pelo fornecimento do objeto deste Contrato, proveniente do Edital de Pregão Presencial nº 92/2018 (PMRC), a *CONTRATANTE* pagará à *CONTRATADA*, o valor total estimado de **R\$ 24.990,00 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais)**, pelo fornecimento do Item 02, objeto do Edital acima mencionado, incluído todas as despesas acessórias e/ou decorrentes da execução dos serviços.

Cláusula Terceira - PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado de maneira integral de forma fracionada, conforme o cronograma de execução da Secretaria de Assistência Social, no decorrer da vigência do contrato, após Ordem de Serviços, expedida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, no local indicado na referida Autorização.

Parágrafo Único: A contratada deverá cumprir carga horária semanal de no mínimo 10 (dez) horas

Cláusula Quarta - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, ou seja, de 05 de setembro de 2018 a 04 de setembro de 2019, momento em que se encerrará a obrigação recíproca das partes podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no Art. 57, da Lei 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Cláusula Quinta - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) referente(s) à execução dos serviços objeto(s) do Pregão Presencial nº 92/2018 (PMRC), serão efetuados pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, mensalmente, em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a execução dos serviços mediante apresentação de Nota Fiscal, juntamente com a Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos trabalhistas - CNDT.

Cláusula Sexta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Pregão Presencial correrão por conta de recursos orçamentários próprios da **Secretaria Municipal de Assistência Social**, como segue:

Org/ Uni	Classificação Orçamentária					Classificação Econômica	Despesa	Fonte Recurso	Descrição Fonte Recurso	Descrição Despesa
0503	08	244	0011	2	045	3.3.90.39.53.00	1332	934	Bloco de financiamento da proteção social básica - SUAS	Serviços de assistência social
0503	08	244	0011	2	046	3.3.90.39.53.00	1333	934	Bloco de financiamento da proteção social básica - SUAS	Serviços de assistência social
0503	08	244	0011	2	046	3.3.90.39.53.00	1935	934	Bloco de financiamento da proteção social básica - SUAS	Serviços de assistência social



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO 108/2018 (PMRC)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2018 (PMRC)

0503	08	244	0011	2	103	3.3.90.39.53.00	2365	807	Piso paranaense de assistência social – PPAS I	Serviços de assistência social
------	----	-----	------	---	-----	-----------------	------	-----	--	--------------------------------

Cláusula Sétima - DO REAJUSTE

Os preços poderão ser reajustados nos termos do Art. 65, da Lei nº 8.666/93, combinado com o Art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Pelo presente Contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a prestar o fornecimento na forma ajustada:

I - Efetuar a execução dos serviços, conforme o cronograma de execução da Secretaria de Assistência Social, no decorrer da vigência do contrato, após a emissão de Ordem de Serviços, expedida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, correndo por conta da **CONTRATADA** as despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todas as despesas decorrentes do fornecimento;

II - Emitir Nota fiscal, com nome e marca do(s) produto(s) fornecido(s), número do Pregão, número do Contrato, lote e outros, sem rasura e/ou entrelinhas e devidamente certificada pela contratante;

III - Emitir Fatura, com o nome do(s) produto(s) fornecido(s), número do Pregão e/ou do Contrato, lote e outros;

IV - Apresentar juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, durante o período de fornecimento à contratante, Certidão firmando Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Lei nº 8.212/91, devidamente atualizada e Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do art. 27 da Lei nº 8.036/90, devidamente atualizado para atestar seu adimplemento perante os órgãos competentes;

V - Permitir e facilitar a fiscalização prévia dos produtos, sempre que o **CONTRATANTE** considerar necessário;

VI - Cumprir carga horária semanal de 10 (dez) horas para cada modalidade de oficina;

VII - Garantir a adequada e plena execução de todas as atividades e trabalhar para o desenvolvimento de assuntos de relevância social com as crianças, adolescentes e idosos;

VIII - As habilidades do profissional disponibilizado pela Empresa com experiência para ministrar as aulas de dança deverão abranger diversas modalidades como: zumba, axé, dança de salão, dança tradicional, dança contemporânea, dança de rua, dança de ballet, rip rop entre outros ritmos musicais;

IX - As aulas serão realizadas no período matutino e vespertino conforme a necessidade e cronograma disponibilizado pela Secretaria Municipal e CRAS;

X - A Contratada por meio de seus profissionais deverá apresentar lista de presença (chamada) dos usuários mensalmente; cartão ponto mensal com a frequência do profissional; e relatórios mensais contendo a descrição das atividades realizadas;

XI - Para as aulas de informática a SMAS e CRAS disponibilizarão os computadores para as aulas, ficando sob-responsabilidade da Contratada a aquisição de outros tipos de materiais, como exemplo a elaboração de apostilas, Xerox com atividades entre outros materiais que se



CONTRATO 108/2018 (PMRC)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2018 (PMRC)

fizerem necessário durante a vigência do contrato;

XII – É de responsabilidade da CONTRATADA organizar as turmas para as atividades previstas neste contrato e realizar a divulgação das atividades;

XIII - O transporte da Contratada aos locais de execução das atividades na zona urbana será de responsabilidade da própria CONTRATADA;

XIV - O profissional deverá ser assíduo com o cronograma (dias e horários) das atividades;

XV - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pelo fornecimento dos serviços, bem como por quaisquer danos decorrentes, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

Parágrafo Único: As Notas Fiscais serão emitidas pela CONTRATADA com o CNPJ/MF idêntico ao da documentação apresentada para habilitação na licitação, não sendo admitida a emissão por filiais da mesma ou por terceiros, e se forem constatadas incorreções serão as notas fiscais devolvidas e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação das mesmas devidamente retificadas.

Cláusula Nona - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

I - A cumprir todas as cláusulas e condições previstas neste Contrato, disponibilizando funcionário para a recepção e conferência do objeto deste Contrato e tudo o mais necessário para o desempenho da entrega feita pela CONTRATADA;

II - Efetuar os pagamentos na forma convencionada na cláusula quinta.

III – Disponibilizar os equipamentos de informática que serão utilizados para a aplicação das aulas;

IV – Disponibilizar o cronograma de execução dos serviços;

V – Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços

Cláusula Décima - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto no artigo 58 e nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

Parágrafo Segundo - A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XIII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando- se o CONTRATADO no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Contrato desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, ou

III - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Parágrafo Terceiro - A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização estrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa do CONTRATADO, fica o CONTRATANTE autorizado a reter os créditos que aquela tem direito, até o limite do valor dos danos comprovados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.



CONTRATO 108/2018 (PMRC)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2018 (PMRC)

Cláusula Décima-Primeira - DOS ENCARGOS

Todos os encargos decorrentes da execução do presente Contrato, seja eles sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, civis, criminais e outras, serão de responsabilidade exclusiva da *CONTRATADA*.

Cláusula Décima-Segunda - DA GARANTIA CONTRATUAL

Como garantia de execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos deste Contrato, a *CONTRATANTE* terá a garantia de executar a *CONTRATADA* no caso de rescisão determinada por ato unilateral para ressarcimento e indenizações a ela devida, bem assim no caso de aplicação de multas após regular processo administrativo.

Cláusula Décima Terceira - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

A Contratada obriga-se a dar garantia integral dos serviços se comprometendo em solucionar os problemas decorrentes de falhas ou inadequações, imediatamente, a partir do recebimento da comunicação formal do Município de Ribeirão Claro.

Cláusula Décima-Quarta - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, pela *CONTRATANTE*, de ofício, das sanções relacionadas a seguir:

- I - Advertência;
- II - Multa moratória, compensatória e cláusula penal;
- III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com o inciso III, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo Primeiro - A advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério do *CONTRATANTE*, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

Parágrafo Segundo - O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a *CONTRATADA*, sem prejuízo das sanções administrativas estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, à multa moratória, de ofício, equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o total da parcela inadimplida, por dia útil excedente ao prazo de entrega/disponibilização, limitada a 2% (dois por cento) do valor da parcela inadimplida.

Parágrafo Terceiro - Além da multa moratória no parágrafo anterior, poderá ser aplicada pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa compensatória correspondente a 20% (vinte por cento) do valor deste Contrato, fixada a critério da *CONTRATANTE*, em função da gravidade apurada.



CONTRATO 108/2018 (PMRC)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2018 (PMRC)

Parágrafo Quarto - Pela rescisão do Contrato por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa, será aplicada, ainda, cláusula penal de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Quinto - As multas e sanções, exceto a de mora, serão aplicadas após regular processo administrativo, garantido o contraditório e à ampla defesa, e a importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 48 (quarenta e oito) horas ou será descontada das faturas a serem pagas.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA se obriga, com fulcro no artigo 416, parágrafo único, do Código Civil, a indenizar integralmente a CONTRATANTE, caso a multa compensatória e cláusula penal previstas nos parágrafos precedentes (Parágrafo Terceiro e Parágrafo Quarto retro) sejam insuficientes à recomposição integral do prejuízo.

Cláusula Décima-Quinta - DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e acompanhamento do presente contato serão realizados pelo Sr. CARLOS HENRIQUE MOLINI, Secretário Municipal de Assistência Social, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega e exercer em toda a sua plenitude e ação fiscalizadora de que trata a Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e na ocorrência desse, não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes prepostos.

Parágrafo Segundo: O CONTRATANTE se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta do CONTRATADO.

Cláusula Décima-Sexta - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste Contrato reger-se-ão pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, pela Lei Municipal nº 255, de 19 de Abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 356, de 23 de Agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Cláusula Décima-Sétima - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Fica fazendo parte integrante deste instrumento de contrato, independentemente de transcrição, e para que produza todos os efeitos legais, principalmente a Ata da sessão pública de processamento do Pregão Presencial nº 92/2018 (PMRC), além dos atos convocatórios da licitação, proposta da CONTRATADA, bem como os demais documentos produzidos em função do processo licitatório referido.

Parágrafo Único: Serão incorporados a este Contrato, mediante Termo Aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA e eventuais alterações nos prazos de entrega e vigência, bem como eventuais acréscimos ou supressões das quantidades contratadas, dentro dos limites



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ**



CONTRATO 108/2018 (PMRC)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2018 (PMRC)

estabelecidos em Lei.

Cláusula Décima-Oitava - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado em resumo, no Órgão Oficial do Município, consoante dispõe o Artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

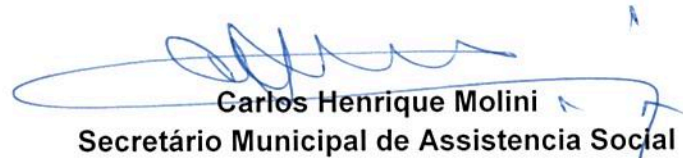
Cláusula Décima-Nona - DO FORO


O foro do presente Contrato será o da Comarca de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e pactuados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo arroladas, pela sua validade e eficácia jurídica.


Ribeirão Claro-Pr, 04 de setembro de 2018.

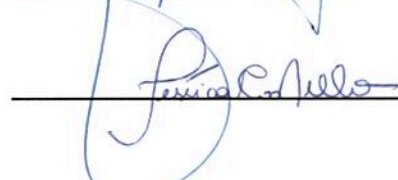

Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal - Contratante


Carlos Henrique Molini
Secretário Municipal de Assistência Social
e Gestor do Contrato


Eden Bruno de Oliveira
Oliveira & Rossetto Ltda – Contratada

Testemunhas:







Fórum de Controle Social do TCE-PR será realizado em Jacarezinho no dia 13

A 13ª edição do Fórum de Controle Social do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, agendada para o dia 13 de setembro, em Jacarezinho, está com inscrições abertas.

O evento será realizado pela Escola de Gestão Pública do TCE-PR, no auditório do Sesc/Senac de Jacarezinho, e tem o apoio da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro do Paraná (Amunorpi). Como em todos os cursos, presenciais e online, realizados pelo Tribunal, a participação é gratuita.

O Fórum de Controle Social é dirigido a pessoas envolvidas em atividades de fiscalização da admi-

nistração pública, como membros de observatórios sociais, conselheiros municipais, estudantes universitários, integrantes de entidades de classe e outros cidadãos interessados no tema.

Entre os temas abordados no fórum estão a organização de comunidades virtuais e a montagem de um plano ágil para o exercício do controle social; a utilização da Ouvidoria do TCE-PR como aliado nessas ações; as

auditorias realizadas pelo Tribunal nos municípios paranaenses; e a fiscalização de terceirização de serviços no setor público.

Neste ano, os Fóruns de Controle Social do TCE-PR já foram realizados em Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Cascavel e Campo Mourão. Em 2017, o Tribunal promoveu cinco edições do evento. O projeto integra o Programa de Controle Social (Pro-Social), por meio do



qual o TCE-PR desenvolve uma série de ações

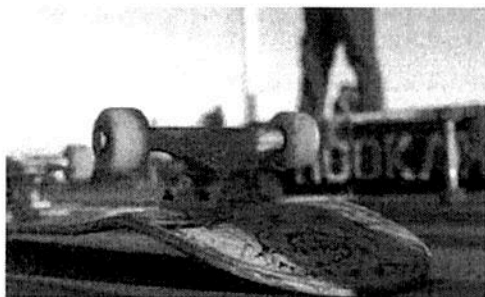
voltadas à formação da fiscalização dos gastos cidadania e da cultura de públicos. Fonte: TCE/PR

Presidente da Federação de Skate do Paraná é afastado das funções a pedido do MPPR por suspeita de exploração sexual de adolescentes

Do MP-PR

O presidente da Federação de Skate do Paraná (FSP) está afastado das funções liminarmente a pedido do Ministério Público do Paraná. O MPPR, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Curitiba, apresentou denúncia criminal contra ele pela prática do crime de exploração sexual. Segundo a denúncia, foram identificadas três vítimas (adolescentes de 15 a 17 anos), mas não está descartada a possibilidade de outros casos.

Conforme apurado pela Promotoria, o acusado atraía



os jovens com a promessa de benefícios materiais, como peças de skate. No momento da retirada dos equipamentos, condicionava a entrega das peças à realização de atos sexuais. Os crimes teriam

sido praticados na sede da Federação, à época dos fatos no bairro Tarumã, na capital.

Perícia – Além de afastado cautelarmente de suas atividades na FSP, conforme a liminar, o acusado deve "abster-se de

exercer qualquer função ou atividade ligada à Federação, estando, ainda, proibido de adentrar as sedes da referida agremiação e instituições filiadas, campeonatos esportivos, estabelecimentos recreativos ou quaisquer eventos voltados ao público infanto-juvenil".

Também foi cumprido nesta semana mandado de busca e apreensão na sede da Federação, sendo apreendidos equipamentos eletrônicos que serão submetidos à perícia. A Promotoria está à disposição para receber denúncias (Avenida Iguaçu, 750, no bairro Rebouças, telefone 41-3223-6264).



MUNICÍPIO DE JOAQUIM TÁVORA - PR
CNPJ nº 76.966.845/0001-06
Rua Miguel Dias, nº 226 CEP: 86.455-000
Fone: (43) 3559-1122 - Fax: 3559-1416

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2018

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2018

TIPO: MENOR PREÇO - POR LOTE

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa para a aquisição de Postes, Luminárias e Refletores para o Parque da Estação Ferroviária, no quantitativo e especificações detalhadas no edital.

DATA E HORÁRIO DE APRESENTAÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 18/09/2018 - Das 08h30min (oito horas e trinta minutos) às 08h59min (oito horas e vinte e cinquenta e nove minutos).

DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO: 18/09/2018 - 09h00min (nove horas).

LOCAL DA ABERTURA: Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, Rua Miguel Dias, 226, Estado do Paraná.

Obs.: A documentação completa do Edital deverá ser retirada no endereço acima mencionado, no horário comercial das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min horas.

Joaquim Távora, em 04 de setembro de 2018.

GELSON MANSUR NASSAR
PREFEITO MUNICIPAL
MARCOS ROGERIO DE OLIVEIRA
PREGOIEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE
RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATOS PROVENIENTES DO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2018 (PMRC)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO,
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.449.679/0001-73

OBJETO: A possível contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atividades recreativas, de esporte e lazer, prestação de serviços de aulas de danças e contratação de empresa, microempresa ou microempreendedor individual especializado para prestar aulas de informática para atuação com o grupo de crianças, adolescentes e idosos inseridos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do município de Ribeirão Claro/PR.

VIGÊNCIA: 05 de setembro de 2018 a 04 de setembro de 2019.

CONTRATO Nº 107/2018 (PMRC)
CONTRATADO: ATP GYM ACADEMIA – EIRELI - CNPJ: 29.904.971/0001-48

VALOR: R\$ 24.696,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e seis reais).

CONTRATO Nº 108/2018 (PMRC)
CONTRATADO: OLIVEIRA & ROSSETO LTDA - CNPJ: 97.551.957/0001.68

VALOR: R\$ 24.990,00 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais).

CONTRATO Nº 109/2018 (PMRC)
CONTRATADO: ISMAEL JOSE DE PONTES JUNIOR
69387699900 - CNPJ: 11.671.386/0001-80

VALOR: R\$ 24.876,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais).

Ribeirão Claro, 04 de setembro de 2018.
Mário Augusto Pereira
Prefeito Municipal

**VOLTA
AS
AULAS**

**Materiais escolares
Materiais para escritório
Produtos para Artesanato**

**PAGUE SUAS COMPRAS
COM O VALE+CULTURA**

14 3382-3272 | Fartura - SP 14 3386-2308 | Itaguai - SP